



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

ATA DA 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

1 Aos sete dias do mês de dezembro de 2010, no salão nobre da sede do Arquivo
2 Nacional, na Praça da República nº 173, cidade do Rio de Janeiro, sob a presidência de
3 Jaime Antunes da Silva, Presidente do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ foi
4 realizada a quinquagésima nona Reunião Plenária do CONARQ. Participaram da
5 reunião, representando o Poder Executivo Federal: Alfredo Tiomno Tolmasquim
6 (titular), do Museu de Astronomia e Ciências Afins, João Batista Ferri de Oliveira
7 (titular), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e José Carlos Esteves
8 Francisco (suplente), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; Francisca
9 Helena Barbosa Lima (suplente), do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM
10 representando o Poder Judiciário Federal: Leda Marlene Bandeira (suplente),
11 representando o Poder Legislativo Federal: Laila Monaiar (suplente), da Câmara dos
12 Deputados, representando os Arquivos Públicos Estaduais: Paulo Knauss (titular);
13 representando os Arquivos Públicos Municipais: Maria do Carmo Alvarenga de
14 Andrade Gomes (titular), do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e Roberto
15 de Assis Tavares de Almeida (titular), da Fundação Arquivo e Memória de Santos;
16 representando as Associações Arquivísticas Brasileiras: Daniel Beltran Motta
17 (suplente), da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro; representando
18 as instituições que congreguem profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa,
19 preservação ou acesso a fontes documentais: Suely Braga da Silva (titular), da Fundação
20 Getúlio Vargas – FGV e Thais Helena Slaibi de Almeida (suplente), da Associação
21 Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais – ABRACOR.
22 Justificaram suas ausências: Alexandre Libonati de Abreu, Juiz Federal da Seção
23 Judiciária do Rio de Janeiro (titular); Janeth Aparecida Dias de Melo (titular), do
24 Supremo Tribunal Federal e Kathya Scarlet O'Hara Campelo Bezerra (suplente), do
25 Supremo Tribunal Federal; Francisco Maurício da Paz, do Senado Federal (titular) e
26 Antônio Alberto de Carvalho (suplente), do Senado Federal; Frederico Silveira dos

27 Santos (titular), da Câmara dos Deputados; Maria Izabel de Oliveira, (titular) do
28 Arquivo Nacional; Maria Teresa Navarro de Britto Matos (titular), do Arquivo Público
29 do Estado da Bahia; Daysi Lúcia Ramos de Andrade (titular), Departamento Estadual
30 de Arquivo Público do Paraná e Carlos de Almeida Prado Bacellar (suplente), do
31 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Maria Virginia Moraes Arana, da
32 Universidade Federal do Espírito Santo; Maria do Rocio Fontoura Teixeira (suplente),
33 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Adelina Cruz, (suplente) do Centro de
34 Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da
35 Fundação Getúlio Vargas. Secretariaram os trabalhos Marilena Leite Paes,
36 Coordenadora do CONARQ e Domícia Gomes, Coordenadora substituta do CONARQ.
37 O Presidente do CONARQ, Jaime Antunes da Silva inicia a 59ª Plenária do CONARQ
38 solicitando que cada Conselheiro se apresente aos demais membros, tendo presente que
39 alguns estão no início de seu primeiro mandato. Após a apresentação dos novos
40 Conselheiros, o Presidente do CONARQ inicia os trabalhos, passando para o primeiro
41 ponto da pauta da 59ª Reunião com a leitura e apreciação das atas das 57ª e 58ª
42 Reuniões. Indaga aos conselheiros se existe alguma sugestão de alteração da ata da 57ª
43 Reunião. A conselheira Thais Helena faz uma série de correções de grafia de nomes e
44 sugestões de forma e redação. Terminadas as correções, a Ata da 57ª Reunião é
45 aprovada. As mesmas propostas se repetem para a Ata da 58ª Reunião, com correção
46 dos nomes de Thais Helena e Suely Braga, sendo a mesma aprovada. O Presidente do
47 CONARQ informa ao Plenário que o próximo item da pauta, que, trataria da
48 apresentação dos pareceres da Comissão Técnica de Avaliação serão apresentados na
49 61ª Reunião Plenária do CONARQ, uma vez que, o Presidente da referida Comissão,
50 Jayme Spinelli, avisou à coordenação do CONARQ que os pareceres, do Instituto Paulo
51 Freire - IPF e da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, não ficaram prontos a tempo de
52 apresentá-los na presente reunião. O presidente do CONARQ explica que a Comissão
53 Técnica já havia feito as visitas aos Arquivos do IPF e da Cúria, restando apenas
54 elaborar os pareceres dos respectivos acervos. O Presidente do CONARQ informa que
55 devido à impossibilidade de apresentação dos pareceres da Comissão Especial para
56 análise das propostas de reconhecimento como de interesse público e social dos acervos
57 do educador Paulo Freire e do acervo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, será
58 antecipada a apresentação da proposta de Plano de Trabalho do CONARQ para o ano de
59 2011 elaborado pela Equipe da Coordenação do CONARQ. A Senhora Domícia Gomes
60 é convidada a apresentar a referida proposta de trabalho. Domícia Explica que o 1º item

61 do plano é na verdade uma pendência do ano de 2010, cuja discussão foi realizada na
62 57ª Reunião Plenária Ordinária do CONARQ, realizada em 18 de agosto de 2010, sobre
63 os PLS nº 146/2007, PLCs nºs 011/2007 e 023/2010 – Digitalização
64 registrada/arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica. Domícia diz que a
65 Câmara dos Deputados solicitou como prioridade, a inclusão deste item no Plano de
66 Trabalho, em virtude das “pressões que a o Arquivo da Câmara dos Deputados sofre das
67 empresas que oferecem este tipo de serviço. Domícia informa que a Coordenação do
68 CONARQ já providenciou a publicação da Portaria nº. 92, de 3 de novembro de 2010,
69 instituindo a Comissão Especial, integrada, conforme deliberação da 57ª Reunião
70 Plenária do CONARQ, por Carlos Augusto Silva Ditadi, Alfredo Tiomno Tolmasquim,
71 Daniel Beltran Motta e Frederico Silveira dos Santos. A Comissão tem finalidade
72 propor alterações que se fizerem necessárias para as questões legais, técnicas e
73 administrativas em relação à Digitalização Registrada em Cartório. Domícia informa
74 que, segundo Carlos Augusto Ditadi ainda não foi possível a Comissão se reunir para
75 iniciar os trabalhos. O 2º item do plano trata-se também de uma pendência, que iniciou
76 na 49ª Reunião Plenária do CONARQ, realizada em 2008 sobre a questão da
77 Reformulação da Resolução do CONARQ nº 6, de 15 de maio de 1997, sobre a
78 terceirização de serviços arquivísticos públicos. Domícia informa que a inclusão deste
79 item no plano de trabalho 2011 foi um pleito dos Arquivos Público Estaduais, em
80 especial o Arquivo Público do Estado do Paraná, além do que a Coordenação do
81 CONARQ constantemente recebe inúmeras demandas dos diversos segmentos
82 arquivísticos acerca do tema terceirização de serviços arquivísticos. O Presidente do
83 CONARQ ressalta que a Resolução sobre a terceirização está parada porque a Comissão
84 não consegue se reunir para discutir o assunto, mas é uma prioridade do CONARQ para
85 2011. Em relação aos itens 3º, 4º, e 5º, itens do plano de trabalho são as pendências e
86 metas da Câmara Técnica de Preservação de Documentos - CTPD, quais sejam a
87 finalização do trabalho Recomendações de uso do papel reciclado que passou por uma
88 consulta pública e que agora a está em fase de incorporação das sugestões recebidas.
89 Outro trabalho da CTPD é a elaboração de Recomendações para dedetização e
90 desinfestação de acervos documentais e também a atualização da publicação
91 Recomendações para a construção de prédios para arquivo. O presidente do CONARQ
92 ressalta que a revisão sobre a Recomendação para construção de prédios de arquivo é
93 uma necessidade, devendo ser inserida soluções com baixo custo. Sugere que seja
94 criado um GT específico para tratar dessa questão, incluindo pessoas neste GT que já

95 tiveram experiências em desenvolver este tipo de projeto. O 6º item do plano trata da
96 proposta de atualização da publicação Recomendações para elaboração de websites de
97 Arquivo. O Presidente do CONARQ informa que solicitou a João Batista que fizesse
98 uma análise dos sites do CONARQ e do Arquivo Nacional, que passarão por um
99 processo de revisão. João Batista já diz que já enviou essa análise para a Coordenação
100 do CONARQ. Os itens 7º e 8º são as metas da Câmara Técnica de Normalização da
101 Descrição Arquivística – CTNDA para o ano de 2011, quais sejam, a revisão do
102 Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – DIBRATE e a revisão da Norma
103 Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE. O item 9º do Plano de trabalho trata
104 de uma Campanha de divulgação do Cadastro Nacional de Entidade Custodiadora de
105 Acervos Arquivísticos e do CODEARQ. O Presidente do CONARQ lembra que o
106 CODEARQ é uma exigência da NOBRADE, explica sua função e diz que é realmente
107 necessário realizar a campanha de divulgação do CODEARQ. Continuando Domícia
108 explica que do 9º ao 13º item do plano de trabalho são propostas de eventos técnicos,
109 quais sejam a realização de um Seminário em comemoração aos 20 anos da Lei de
110 Arquivos e de criação do Conselho Nacional de Arquivos, I Seminário Nacional sobre
111 Documentos Audiovisuais, iconográficos e Sonoros, III Encontro de Arquivos Médicos
112 e a realização de Oficinas Técnicas Regionais. A propósito da comemoração dos 20
113 anos da Lei de Arquivos e de criação do Conselho, o Presidente do CONARQ relembra
114 que no dia 8 de janeiro de 2011 a Lei de Arquivos completará 20 anos e diz que a idéia
115 é organizar um evento de discussão e reflexão sobre a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de
116 1991. Sugere convidar pessoas que participaram da sua elaboração, representantes do
117 Congresso Nacional à época. Domícia diz que a idéia é realizar o Seminário em abril de
118 2011 e solicita a colaboração dos Conselheiros do CONARQ com sugestões de temas,
119 nomes de palestrantes, modelo de estrutura para o evento, etc. O Conselheiro Paulo
120 Knauss sugere como tema os impactos e os desdobramentos da Lei nº 8.159, de 1991,
121 nas legislações estaduais e um panorama dos desdobramentos que a lei provocou nesses
122 20 anos, como outras leis, ações dos órgãos públicos, no sentido de verificar se há de
123 fato uma Política Nacional de Arquivos. A Conselheira Marilza pergunta qual seria a
124 duração do evento. Domícia responde que a principio pensou-se 3 dias. Paulo Knauss
125 pergunta se não seria interessante aguardar a publicação da Lei Nacional de Acesso à
126 Informação. O Presidente do CONARQ responde que a lei dificilmente seria publicada
127 no começo do ano e outra possibilidade seria passar o evento para junho. Domícia
128 ressalta que nesse período já serão realizados muitos eventos no Arquivo Nacional. A

129 Conselheira Maria do Carmo diz que o Arquivo Público de Belo Horizonte completará
130 20 anos em maio de 2011 e a Lei de Arquivos da cidade de BH foi pautada na lei de
131 arquivos. O 14º item trata-se de outra pendência que é a Edição do Informativo do
132 CONARQ, elaborado pela equipe do CONARQ. Ainda a respeito dos eventos o
133 Presidente do CONARQ diz que o CONARQ tem programado com o programa de
134 cooperação UNESCO e com a agência brasileira de cooperação diversas oficinas e
135 campanhas de sensibilização no período 2011-2012. Aproveita para divulgar aos
136 conselheiros outros eventos do Arquivo Nacional que ocorrerão no 2º semestre de 2011,
137 como por exemplo, o 7º Seminário de Documentos de Tradição Ibérica. Os Itens 15º e
138 16º tratam de campanhas de sensibilização para as questões dos arquivos. Domicia
139 ressalta que a idéia da Coordenação é promover novamente uma campanha nacional de
140 sensibilização junto aos governadores dos estados (eleitos e reeleitos) apontando para a
141 necessidade dos arquivos possuírem maior autonomia administrativa e orçamentária, e
142 serem dotados de recursos humanos e financeiros próprios, bem como, promover
143 campanha nacional de sensibilização junto aos prefeitos apontando para a necessidade
144 da criação de arquivos públicos municipais. Domicia relembra que em 2008, tais
145 campanhas já tinham sido efetuadas pela Coordenação do CONARQ. Domicia sugere
146 que em relação às campanhas de sensibilização junto aos governadores dos estados
147 (eleitos e reeleitos) e prefeitos, que os Ofícios a serem enviados sejam assinados em
148 parceria com as Associações Arquivísticas, ENARA, SINARQUIVO e com os diversos
149 segmentos que integram o CONARQ. O Conselheiro Daniel Beltran diz que a AAERJ
150 fez uma carta se posicionando a respeito da importância que o Arquivo Nacional tem
151 para o governo e realizará algo semelhante para a prefeitura do RJ e em convênio com
152 as associações do Distrito Federal e Bahia, serão encaminhadas cartas semelhantes para
153 o governo desses estados. A Conselheira Maria do Carmo diz que outra medida que
154 poderia contribuir a campanha de sensibilização no âmbito dos arquivos municipais
155 seria a revitalização e reformulação da Câmara Setorial de Arquivos Municipais, que
156 atuaria como entidade de representação dos Arquivos Municipais. Maria do Carmo e
157 Roberto Tavares, do Arquivo de Santos se dispõem a participar da Câmara Setorial de
158 Arquivos Municipais reformulada. A Conselheira Marilza diz que os partidos políticos
159 realizam reuniões anuais de governadores e prefeitos e que poderia ser produzido algum
160 material audiovisual simples que seria apresentado nesses eventos. A Coordenadora do
161 CONARQ, Marilena Leite Paes faz um histórico de ações que o CONARQ já realizou
162 ao longo dos anos no sentido de divulgar a importância dos arquivos e relata as diversas

163 dificuldades encontradas nessas experiências. Domícia ressalta que o CONARQ já
164 tentou parcerias com algumas associações políticas representativas dos municípios
165 brasileiros, como por exemplo, a Associação Brasileira de Municípios - ABM, a
166 Confederação Nacional de Municípios – CNM, etc., não tendo obtido êxito algum.
167 Domícia enfatiza a importância de que representantes de todos os segmentos
168 representativos do CONARQ participem das missivas do CONARQ e diz que o
169 CONARQ deve buscar outras formas além das correspondências oficiais, que são
170 registro documental, mas, também, promover eventos, oficinas, etc. Marilena solicita a
171 colaboração dos Conselheiros nessas campanhas de sensibilização, que cada um auxilie
172 e participe nas áreas que eles representam. O Conselheiro Paulo Knauss ressalta a
173 importância das missivas do CONARQ, que no seu caso, por exemplo, permitiu um
174 diálogo entre o conselheiro, diretor do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, e o
175 secretário da Casa Civil do Estado e Governador do Estado do Rio de Janeiro, no
176 sentido de elaborar a minuta de decreto da documentação do período da ditadura. O
177 Conselheiro Daniel Beltran diz que o mais importante das missivas é o jogo de
178 coordenação do que deve ser feito com a carta, orientando os gestores de que forma eles
179 possam produzir resultados a partir das campanhas do CONARQ. A discussão a
180 respeito das campanhas do CONARQ foi intensamente discutida pelos Conselheiros.
181 Terminadas as discussões sobre as campanhas de sensibilização para as questões
182 arquivísticas, o Presidente do CONARQ passa para os últimos itens (20º, 21º e 22º)
183 incluídos no Plano de Trabalho do CONARQ para o ano de 2011 foram solicitações das
184 Associações de Arquivistas, quais sejam, encaminhamento de dados ao MEC
185 solicitando a criação de curso de formação para Técnicos de Arquivologia,
186 encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE de proposta de revisão
187 das atividades do Arquivista no Código Brasileiro de Ocupações e discussão de
188 proposta de revisão do Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978, visando atualizar
189 as atribuições dos profissionais Arquivista e Técnico em Arquivologia a ser
190 encaminhada a Presidência. O Conselheiro Daniel Beltran fala da proposta de reformar
191 a questão do profissional de técnico de arquivo. O Conselheiro diz que na estrutura atual
192 não há interesse do público em realizar o curso. O Conselheiro questionou o MEC sobre
193 a política atual sobre o ensino técnico-médio. Em 2008 o MEC publicou o cadastro de
194 todas as profissões de curso técnico e que tais cursos exigem de 400 a 600 horas. O
195 Conselheiro obteve do MEC um roteiro com os itens necessários para criar um curso
196 técnico, como proposição de conteúdo, linhas de formação, entidade que propusesse,

197 entidade que fornecesse o curso, etc. Dessa forma, o Plenário pode fazer uma revisão do
198 Decreto nº. 82.590, de 1978, que regula a profissão de arquivista. O presidente do
199 CONARQ diz que a revisão do Decreto é pertinente e a melhor forma de realizá-lo seria
200 criar uma Comissão Especial. Thais Helena comenta que o curso técnico não pode ter
201 duração superior a 2 anos, já que atualmente os cursos superiores tecnológicos, tem
202 duração de 2 anos e meio. Daniel diz que uma idéia que ele teve seria obter apoio do
203 SENAC e SENAI já que um curso técnico de Arquivo tem um custo mais baixo que um
204 curso em eletrônica. O Presidente do CONARQ propõe ao Plenário que em relação à
205 proposta de reformulação do Decreto que regulamenta as profissões de arquivo visando
206 incentivar a criação de cursos de técnico de arquivo entre como ponto de pauta para a
207 próxima reunião e que seja criada uma Comissão Especial para tratar do tema. O
208 Presidente do CONARQ passa a palavra para a Conselheira Marilza que solicitou que se
209 levasse ao Plenário a proposta de criação de uma Câmara Setorial de Arquivos de
210 Empresas do Setor Elétrico. A Conselheira Marilza explica que tal proposta já vem
211 sendo discutida por especialistas ao longo dos anos com o objetivo que tal Câmara não
212 seja esvaziada com o tempo. A conselheira faz menção das reuniões da “Comunidade
213 Enged”, concebida no Encontro Nacional de Gestão de Documentos e Informações do
214 Setor Elétrico, reunindo cerca de 80 representantes do setor elétrico público e privado.
215 Este grupo de trabalho há cerca de 5 anos vem abordando questões como adoção de
216 planos de classificação, tabelas de temporalidade de atividades-meio e atividades-fim.
217 Marilza ressalta que a importância da criação da Câmara Setorial é que obrigaria o
218 Ministério de Minas e Energia a se comunicar com os profissionais da área e com o
219 SIGA. A agenda da referida Câmara seria composta de pontos específicos, sendo o mais
220 importante o papel da ANEEL e da lei de concessões nas questões de documentação e
221 informação. O Presidente do CONARQ fala da Câmara Setorial de Empresas em
222 processo de privatização, que fez um trabalho importante nessa área. Em seguida faz um
223 relato de uma reunião que teve presente os superintendentes de todas as agências
224 reguladores e fez menção da importância de revitalizar a Câmara e inserir nas inspeções
225 realizadas pelas agências a situação dos acervos das empresas privatizadas. Jaime
226 pergunta se o Plenário deve votar pela Revitalização da Câmara de empresas
227 privatizadas ou se deve criar uma específica para cada setor. Marilza diz que o
228 importante para o setor seria a formalização de criação do grupo no âmbito do
229 CONARQ, sendo as questões das concessões é o foco principal do grupo. Quanto à
230 Proposta de criação da Câmara Setorial de Arquivos de Empresas do Setor Elétrico

231 ficou deliberado que o assunto será incluído na pauta da 60ª Reunião Plenária do
232 CONARQ. A sessão da manhã é interrompida para almoço. O Presidente do CONARQ
233 inicia a sessão da tarde da 59ª Reunião Plenária do CONARQ dando informe sobre a
234 representação do setor de arquivos na Plenária do Conselho Nacional de Políticas
235 Culturais. Jaime diz que o plenário deve deliberar se o assento deve ser representado
236 pelo CONARQ ou pelo Arquivo Nacional. Alfredo Tolmasquim pergunta se o
237 CONARQ pode ter representatividade em outro Conselho em mesma posição
238 hierárquica. Dessa forma seria melhor o Arquivo Nacional como órgão central do
239 sistema. É deliberado que o Arquivo Nacional será o representante no referido
240 Conselho. O próximo ponto é um balanço de todas as ações e medidas que o CONARQ
241 tomou ao longo dos anos em relação às questões de preservação e acesso às informações
242 públicas, voltadas para mudanças na legislação em vigor, particularmente a mudança do
243 artigo do CPC, as contribuições enviadas a Casa Civil sobre o PLC nº. 41, de 30-4-
244 2010. O Presidente do CONARQ faz um histórico das ações do CONARQ para tentar
245 mudar o artigo do CPC e as articulações com a SAJ / Casa Civil e CNJ. O Presidente
246 do CONARQ passa a palavra a Conselheira Leda para que esta faça um informe sobre
247 as últimas movimentações do projeto CPC. A Conselheira disse que o Ministro do CNJ
248 recebeu uma nota técnica do PRONAME que foi encaminhada ao relator do Projeto no
249 Senado. Esta nota técnica solicitaria a retirada do art. 1005 do projeto de CPC. O
250 Presidente do CONARQ solicita que a Conselheira repasse a nota técnica do CONARQ
251 para o restante do plenário. O Presidente do CONARQ faz um histórico do PL de
252 acesso à Informação em que o CONARQ formou uma Comissão Especial que
253 apresentou emendas ao projeto enviado à Casa Civil. Diz que tais propostas não foram
254 aceitas por terem sido recebidos fora do prazo. O Presidente do CONARQ informa que
255 o PL encontra-se na Comissão da Ciência e Tecnologia do Senado e será alvo de ADI
256 por parte da OAB. Ismênia Martins critica o projeto atual da lei de acesso por não
257 eximir de responsabilidade o administrador do arquivo público que deu acesso a
258 documentos do período da ditadura que possam ser mal utilizados pelo consulente. A
259 conselheira diz ainda que a ANPUH pretende realizar um documento a nível nacional a
260 ser veiculado na mídia demandando pressionando o poder legislativo a realizar
261 mudanças no projeto. Ismênia finaliza dizendo que o CONARQ deve discutir sobre as
262 diferenças de conceito entre intimidade e privacidade. Ismênia diz que é consenso geral
263 entre os especialistas que as medidas restritivas são inconstitucionais. Jaime diz que fere
264 também dispositivos da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, da qual o

265 Brasil é país signatário. O Conselheiro Alfredo Tolmasquim diz que o CONARQ deve
266 elaborar e encaminhar ao governo um documento afirmando que o CONARQ deve ser o
267 agente no processo de regulamentação de acesso no que compete às questões
268 arquivísticas. O Presidente do CONARQ indaga ao Plenário sobre a possibilidade de se
269 criar uma Comissão Especial para examinar os PLs e elaborar propostas de
270 regulamentação, a ser enviado ao Congresso. Dando continuidade, diz que em eventos
271 organizados pelo Arquivo Nacional e Memórias Reveladas foram solicitados que o
272 CONARQ elaborasse minutas de decretos estaduais regulando o acesso de documentos
273 do período do regime militar, o que foi feito e encaminhado a todos os governadores de
274 estados e DF. Tal medida gerou resultados na Paraíba e diz ter notícia que em breve
275 serão publicados decretos semelhantes no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Alagoas.
276 Encerrado o balanço sobre as ações do CONARQ em relação ao acesso às informações
277 públicas, o Presidente do CONARQ passa para o próximo ponto da pauta, que é a
278 apresentação do Professor José Maria Jardim sobre a possibilidade de sensibilizar a
279 CAPES a induzir a criação de cursos de mestrado na área de Arquivologia, hipótese
280 aventada no Congresso Nacional de Arquivologia. José Maria Jardim agradece a
281 acolhida do Plenário para a apresentação da proposta, resultante do último CNA, sendo
282 objeto de moção do referido congresso. José Maria diz que se apresenta ao Conselho
283 como representante de um grupo de trabalho constituído em junho por ocasião da 1ª
284 reunião de ensino e pesquisa em arquivologia na UnB. Diz que a idéia de mestrado na
285 área vem crescendo nos últimos anos e que o grupo entende que é fundamental o
286 desenvolvimento de programas de stricto sensu na área para o desenvolvimento de uma
287 política científica na área arquivística. O Professor José Maria inicia sua explanação
288 fazendo uma breve explicação sobre a inserção da Arquivologia na estrutura geral de
289 Ciência e Tecnologia do CNPq. Na 1ª tabela de áreas de conhecimento (1976) a
290 Arquivologia não estava inserida, aparecendo somente na 2ª tabela (1982) na grande
291 área Ciência Humanas, Sociais e Artes, área de Ciência da Informação, junto com
292 Biblioteconomia. Finalmente na tabela em vigor (1984) dentro da grande área de
293 Ciências Sociais Aplicadas, na área de Ciência da Informação. Nesse sentido a
294 Arquivologia fica reduzida a uma sub-área da Ciência da Informação. José Maria
295 explica que tais tabelas tem objetivos meramente classificatórios, sinalizando todo um
296 processo político e decisório que tem influencia imediata nas possibilidades de
297 financiamento à pesquisa, realização de eventos no campo, etc. Visando mudar esse
298 quadro uma das medidas para alcançar a institucionalização da arquivologia como

299 campo científico seria a criação de programas stricto sensu na área. José Maria diz que
300 realizou em março de 2010 uma análise dentro do diretório de grupos de pesquisa no
301 Brasil sobre alguns temas ligados a Arquivologia e apresenta os resultados dessa
302 análise, encontrando um conjunto significativo de pesquisas registradas como Ciência
303 da Informação e não como Arquivologia, devido à estrutura do CNPq. José Maria
304 apresenta um ranking de investimentos realizados em bolsas por área de conhecimento
305 nos últimos dez anos. De 76 áreas a Ciência da Informação ficou em 67º lugar, tendo
306 como sub-área a Arquivologia. Fala da pesquisa de um orientando seu sobre a produção
307 de conhecimento na área arquivística com um levantamento no portal de periódicos da
308 CAPES, encontrando mais de 100 dissertações e teses com temática arquivísticas. José
309 Maria diz que o grupo planeja realizar uma segunda reunião no RJ onde espera-se
310 avançar nas discussões para que se crie uma associação de pesquisa na área ; além disso
311 está em discussão na UNIRIO sobre a possibilidade de se criar um mestrado
312 profissional de gestão de documentos e arquivos. José Maria diz que encontrou no sítio
313 da CAPES uma notícia de uma resolução do Conselho Nacional de Segurança Pública
314 que solicita da CAPES mecanismos de indução de mestrados em Segurança Pública.
315 José Maria diz que seria muito oportuno se o CONARQ pudesse fazer algo semelhante.
316 O Prof. Jardim encerra sua apresentação. O Conselheiro Daniel Beltran pergunta se na
317 resolução do CNSP existia sugestões de mecanismos de indução e em caso negativo se
318 o Prof. Jardim teria sugestões desses mecanismos. A Conselheira Ismênia conta de sua
319 experiência na área de História transformando-a de sub-área para área e destaca a
320 importância a criação do programa de stricto sensu como processo para crescimento da
321 Arquivologia. O Conselheiro Alfredo Tolmasquim parabeniza a iniciativa e faz duas
322 observações: a primeira é que na última reunião do Conselho Nacional de Ciência e
323 Tecnologia foi implementada uma diretriz ligada a preservação do patrimônio histórico
324 brasileiro, ressaltando a importância de arquivos, bibliotecas e museus como parte da
325 infra-estrutura para pesquisa nas áreas das Ciências Sociais, que seria mais um gancho
326 na luta para fortalecer a pesquisa na área de tecnologia. A segunda observação é pela
327 escolha de um mestrado profissionalizante em vez de um mestrado acadêmico.
328 Tolmasquim alerta para o fato que mesmo o mestrado profissionalizante tem como
329 exigência que os orientadores possuam produção acadêmica. O Conselheiro entende que
330 o mestrado profissional é melhor quando a instituição / curso já tem um mestrado
331 acadêmico. O Conselheiro José Esteves sugere que ao se compor a grade curricular do
332 curso stricto sensu que seja observado temas relacionados a segurança e transferência da

333 informação. O Professor José Maria agradece as observações e explica que o desejo do
334 grupo é pela implantação de programas stricto sensu e a opção do mestrado seria de
335 acordo com a vontade de cada universidade. José Maria explica que o mestrado
336 profissional foi apenas um exemplo de proposta surgida especificamente dentro da
337 UNIRIO e encerra a sua apresentação. O Presidente do CONARQ agradece a
338 apresentação do Prof. Jardim sobre proposta de solicitação do CONARQ ao CAPES que
339 estimule programas de pós-graduação em Arquivologia e solicita que o Plenário
340 delibere sobre a proposta do Prof. Jardim. Fica deliberado que o Prof. Jardim elabore
341 minuta de expediente a ser enviado a CAPES sobre a importância de se criar cursos de
342 pós-graduação na área de Arquivologia e encaminhe à Coordenação do CONARQ,
343 enquanto Ismênia e Alfredo fariam a minuta do texto a ser enviado para as Fundações
344 Estaduais de Amparo a Pesquisa e ao CNPq dar incentivar a concessão de bolsas a
345 programas de pesquisa em Arquivologia. Nada mais havendo a tratar a 59ª Reunião do
346 CONARQ é encerrada e lavrada a presente ata que vai por mim assinada, Marilena
347 Leite Paes, Coordenadora do CONARQ, e pelo Presidente do CONARQ Jaime Antunes
348 da Silva.